

Ecoporto Santos S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ecoporto Santos S.A.
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoporto Santos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação do risco de redução valor recuperável - ativos imobilizado e intangível

A Administração testa anualmente a redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível referente à Ecoporto Santos S.A. ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Considerando este contexto, esse assunto foi considerado como o principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação ser complexo, envolver um grau significativo de julgamento por parte da Administração e basear-se em premissas que são afetadas por condições esperadas pela evolução das operações da Companhia, assim como pelas por condições futuras de economia e do mercado.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar a adequada avaliação do risco de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e intangível incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas para avaliar a razoabilidade da taxa de desconto adotada no laudo de avaliação do valor em uso da Companhia, preparado pela Administração em conjunto com especialistas externos, assim como a acuracidade matemática do modelo e a razoabilidade das premissas macroeconômicas utilizadas pela Administração; (ii) a avaliação do desenho e operação dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para a avaliação e teste do risco de redução do imobilizado e intangível; (iii) análise e desafios sobre a razoabilidade das principais premissas de geração de caixa, com base em documentação apropriada e suficiente para suportar tais premissas utilizadas pela Administração. Adicionalmente, avaliamos a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que as avaliações do risco de redução do ágio da Companhia ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de julho de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

ECOPORTO SANTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.936	10.003	Fornecedores		10.373	8.736
Clientes	6	14.733	10.388	Empréstimos e financiamentos	11	21.700	18.398
Tributos a recuperar		11.944	11.107	Debêntures	12	125.290	132.722
Despesas antecipadas		3.311	3.472	Partes relacionadas - fornecedores	13	129	8.035
Partes relacionadas	13	775	709	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.805	2.253
Outras contas a receber		10.442	6.225	Obrigações sociais e trabalhistas		5.051	2.445
Total do ativo circulante		<u>51.141</u>	<u>41.904</u>	Obrigações com Poder Concedente	14	977	425
				Outras contas a pagar		36.659	10.268
				Total do passivo circulante		<u>202.984</u>	<u>183.282</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários		804	768	Empréstimos e financiamentos	11	66.392	73.963
Tributos diferidos	10.a)	232.585	233.739	Debêntures	12	-	119.838
Tributos a recuperar		-	5.396	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	15	102.481	105.603
Despesas antecipadas		13.146	12.882	Partes relacionadas - mútuo	13	45.475	34.158
Outras contas a receber		6.496	7.515	Outras contas a pagar		1.674	2.672
Depósitos judiciais	7	87.255	85.735	Total do passivo não circulante		<u>216.022</u>	<u>336.234</u>
Imobilizado	8	306.628	317.100				
Intangível	9	51.854	31.361	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>698.768</u>	<u>694.496</u>	Capital social	16.a)	865.614	700.614
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		1.570	1.554
				Prejuízos acumulados		(536.281)	(485.284)
				Total do patrimônio líquido		<u>330.903</u>	<u>216.884</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>749.909</u>	<u>736.400</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>749.909</u>	<u>736.400</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	17	84.309	57.499
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(73.881)	(65.846)
LUCRO(PREJUÍZO) BRUTO		<u>10.428</u>	<u>(8.347)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	18	(24.318)	(25.780)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>10.384</u>	<u>18.918</u>
		(13.934)	(6.862)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(3.506)</u>	<u>(15.209)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	28.685	24.285
Despesas financeiras	19	<u>(58.834)</u>	<u>(71.452)</u>
		(30.149)	(47.167)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(33.655)</u>	<u>(62.376)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	10.b)	<u>(1.154)</u>	<u>3.682</u>
		(1.154)	3.682
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(34.809)</u>	<u>(58.694)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO		<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(34.809)	(58.694)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(34.809)</u>	<u>(58.694)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Receita Portuária e de logística	<u>215.595</u>	<u>132.861</u>
	<u>215.595</u>	<u>132.861</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(41.184)	(90.543)
Materiais, energia e serviços de terceiros	<u>(3.533)</u>	<u>(2.777)</u>
	<u>(44.717)</u>	<u>(93.320)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>170.878</u>	<u>39.541</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(19.155)	(19.823)
Outras	<u>(91.150)</u>	<u>10.170</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>60.573</u>	<u>29.888</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	28.685	16.845
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>89.258</u>	<u>46.733</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>89.258</u>	<u>46.733</u>
Pessoal	<u>26.518</u>	<u>30.165</u>
Remuneração direta	21.577	24.350
Benefícios	3.760	4.201
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.181	1.614
Impostos, taxas e contribuições	<u>30.905</u>	<u>12.645</u>
Federais	20.932	8.752
Estaduais	-	-
Municipais	9.973	3.893
Remuneração de capitais de terceiros	<u>66.644</u>	<u>78.805</u>
Juros	19.650	41.639
Aluguéis	7.811	7.354
Outras	39.183	29.812
Remuneração de capitais próprios	<u>(34.809)</u>	<u>(74.882)</u>
Prejuízo do exercício retido	(34.809)	(74.882)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social Subscrito</u>	<u>Reserva de capital Plano de opção com base em ações</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>470.614</u>	<u>1.484</u>	<u>(426.590)</u>	<u>45.508</u>
Aporte de capital	16.a)	230.000	-	-	230.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	70	-	70
Prejuízo do exercício		-	-	(58.694)	(58.694)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>700.614</u>	<u>1.554</u>	<u>(485.284)</u>	<u>216.884</u>
Aporte de capital	16.a)	165.000	-	-	165.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	16	-	16
Prejuízo do exercício		-	-	(34.809)	(34.809)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(16.188)	(16.188)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>865.614</u>	<u>1.570</u>	<u>(536.281)</u>	<u>330.903</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
		-	-	-	-

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido	(34.809)	(58.694)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.155	19.824
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	158	3.636
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.812	4.790
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	3.569	12.164
Levantamento de depósitos judiciais	2.935	1.750
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(2.218)	(5.112)
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	33.432	43.128
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	260	(481)
Tributos diferidos	1.154	(3.682)
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	(47)	(40)
Plano de opções com base em ações	16	70
Obrigações com Poder Concedente	13.958	8.900
Juros sobre mútuo	(4.262)	(10.862)
Recuperação FUNDAP	-	(7.440)
Ajuste de exercícios anteriores	(16.188)	-
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(4.605)	(1.102)
Tributos a recuperar	4.559	(8.635)
Despesas antecipadas	(103)	(2.524)
Depósitos judiciais	(2.237)	(2.490)
Outras contas a receber	(3.198)	(1.158)
Partes relacionadas	(66)	(558)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.637	2.637
Obrigações sociais e trabalhistas	2.606	(741)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	552	807
Partes relacionadas - fornecedores	7.673	(3.764)
Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	(8.503)	(6.895)
Outras contas a pagar	(495)	(2.495)
Pagamentos de obrigações com Poder Concedente	(13.406)	(9.366)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>3.339</u>	<u>(28.333)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.050)	(1.760)
Aquisição de intangível	(1.396)	(799)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.446)</u>	<u>(2.559)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Títulos e valores mobiliários	11	-
Aporte de Capital pelo controlador	165.000	230.000
Partes relacionadas - mútuo	-	5.239
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(140.175)	(138.909)
Juros pagos	(24.796)	(56.546)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>40</u>	<u>39.784</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(67)</u>	<u>8.892</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.003	1.111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.936	10.003
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(67)</u>	<u>8.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas

A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

O Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto” ou “Companhia”) foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, com investimentos na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres. As operações portuárias de cais podem ser feitas nos três berços de uso exclusivo e no berço público ao lado do terminal e armazenagem e movimentação de cargas de importação e exportação de contêineres sob controle aduaneiro de movimentação.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, o Ecoporto agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA

A receita bruta consolidada atingiu R\$215,6 milhões em 2018, aumento de 62,3% em relação a 2017, explicado pela maior movimentação na operação de armazenagem e incremento de receita de carga geral em operador portuário.

A receita líquida totalizou R\$84,3 milhões em 2018, crescimento de 46,6% quando comparada a R\$57,5 milhões do ano anterior. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$131,3 milhões.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº17 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 7,2% e totalizaram R\$98,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Desconsiderando a rubrica de depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$79,0 milhões, aumento de 10,1%. Seguem abaixo as principais explicações:

Pessoal: R\$26,5 milhões em 2018, redução de 12,1% devido ao ajuste do quadro de pessoal e redução na conta de reclamações trabalhistas.

Conservação e Manutenção: R\$2,7 milhões em 2018, crescimento de 8,4% devido à maior necessidade de manutenção nos equipamentos;

Serviços de terceiros: R\$22,1 milhões em 2018, aumento de 13,7% em função de maiores despesas com transportes devido ao aumento das movimentações de contêineres de importação;

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$22,6 milhões em 2018, crescimento de 14,8% devido ao aumento de taxas de liberação de contêineres em função do aumento das movimentações de contêineres;

Outros: R\$5,1 milhões em 2018 em comparação com 2017, devido a reversão de provisões com condenações cíveis e tributárias em 2017.

Depreciação e Amortização: R\$19,2 milhões em 2018, 3,4% inferior a 2017, devido a redução na base de ativos.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº18 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA

O EBITDA em 2018, foi de R\$15,6 milhões (margem EBITDA de 18,6%), crescimento de 278,1% quando comparado com 2017 em função da maior movimentação na operação de armazenagem e incremento de receita de carga geral em operador portuário.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$30,1 milhões negativos em 2018, 36,1% inferior ao resultado de 2017, devido ao menor endividamento do Ecoporto em 2018.

PREJUÍZO

Em 2018, o Ecoporto Santos teve prejuízo apurado de R\$34,8 milhões, 53,5% menor do que o prejuízo de R\$74,9 milhões em 2017, devido a melhoria operacional.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

O Ecoporto Santos encerrou o ano de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de R\$10,7 milhões. A dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) atingiu R\$213,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo 31,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1,0 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$203,4 milhões (sem poder concedente).

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Nota Explicativa nº11 e nº12 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pelo Ecoporto Santos totalizou R\$3,4 milhões em 2018, superior em 34,7% se comparado com o capex realizado de 2017.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$138,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Ecoporto Santos S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos" ou "Companhia") foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo.

Em 12 de junho de 1998 foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m². Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m², restando uma área de aproximadamente 33.500 m² que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a CODESP efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o "Sítio Padrão" do Porto de Santos.

Em junho de 2014 foi realizado o acordo com a CODESP e a Companhia registrou tal reembolso, que será pago trimestralmente até 2023. Em 31 de dezembro de 2018, esse saldo é de R\$7.579 (R\$7.870 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$1.248 registrado na rubrica "Ativo financeiro - CODESP" no ativo circulante e R\$6.331 no ativo não circulante.

O Ato Declaratório nº 60 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 15 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010, ratificou a nomeação do Pátio 1 como recinto alfandegado, para operar como instalação portuária de uso público sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, no Estado de São Paulo. A operação como recinto alfandegado foi iniciada em outubro de 2000, após a conclusão das obras necessárias ao desempenho dessa atividade.

O Ato Declaratório nº 31 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 7 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 14 de abril de 2004, designou o Pátio 2 como recinto alfandegado, nas mesmas condições do Pátio 1. A operação do Pátio 2 foi iniciada no mesmo mês.

O Ato Declaratório nº 72 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 4 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial da União, de 5 de agosto de 2008, ratificou a nomeação do Pátio 3 como recinto alfandegado, nas mesmas condições dos Pátios 1 e 2. A operação do Pátio 3 foi iniciada em julho de 2005.

Atualmente a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados pela Administração da Companhia via captação com controlador e/ou terceiros. A Companhia conta com fiança prestada pela controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. sobre as dívidas de empréstimos, financiamento e debêntures (vide notas explicativas nº 11 e 12). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados

subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 19).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente

instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é

calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (h)	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia identificou impactos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15. A Companhia identificou novas exigências de apresentação relativas as reclassificações de contraprestação variável, abatimento por volume, como resultado houve uma reclassificação pelo IFRS 15, os ajustes ao exercício atual reduzirão a receita de vendas em aproximadamente R\$59.035.

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

h) Reclassificação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições do pronunciamento contábil CPC 47 uma vez que suas receitas já são reconhecidas à medida que atendem as obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Contudo houve a reclassificação dos valores de contraprestação variável e abatimento por volume, anteriormente classificados como custo dos serviços prestados, para deduções de vendas. Em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados R\$59.035 para fins de comparabilidade, ajustado na Nota Explicativa nº 17, conforme demonstrado abaixo:

	Originalmente apresentado	Aplicação CPC 47	Ajustado
Receitas portuária bruta	132.861	-	132.861
Deduções da receita	(16.327)	(59.035)	(75.362)
Receita líquida	<u>116.534</u>	<u>(59.035)</u>	<u>57.499</u>
Deduções da receita			
Cofins	(10.216)	-	(10.216)
PIS	(2.218)	-	(2.218)
ISS	(3.893)	-	(3.893)
Deduções do reconhecimento da receita (*)	-	(59.035)	(59.035)
	<u>(16.327)</u>	<u>(59.035)</u>	<u>(75.362)</u>

i) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Provisões: as provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Reconhecimento de receita de portos: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- Reconhecimento de receita armazenada: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- Transações com partes relacionadas: A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis.

Obrigações com Poder Concedente

As obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas; acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 10.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	136	98
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	9.274	9.359
Aplicações Automáticas (b)	526	546
	<u>9.936</u>	<u>10.003</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços prestados	15.194	10.589
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (a)	(461)	(201)
	<u>14.733</u>	<u>10.388</u>

(a) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	13.666	9.633
Vencidos:		
Até 30 dias	524	524
De 31 a 60 dias	146	202
De 61 a 90 dias	334	28
De 91 a 120 dias	63	1
Acima de 120 dias	461	201
	<u>15.194</u>	<u>10.589</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	201	682
Constituição de PECLD no exercício	334	97
Valores recuperados no exercício	(74)	(578)
Saldo no fim do exercício	<u>461</u>	<u>201</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	85.735	79.883
Adições	2.237	2.490
Baixas	(2.935)	(1.750)
Atualização monetária	2.218	5.112
Saldo no fim do exercício	<u>87.255</u>	<u>85.735</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza</u>		
Cível	1.793	2.594
Trabalhista	6.209	6.423
THC2 - <i>Terminal Handling Charge</i>	79.253	76.718
	<u>87.255</u>	<u>85.735</u>

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo				Depreciação						Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20	11,1	7.564	18	(79)	24	7.527	(6.336)	(626)	79	-	(6.883)	644	1.228
Máquinas e equipamentos	10	8,6	21.415	995	(2)	4	22.412	(8.788)	(1.425)	-	-	(10.213)	12.199	12.627
Móveis e utensílios	10	11,2	4.723	39	(8)	-	4.754	(3.217)	(397)	4	-	(3.610)	1.144	1.506
Obras em andamento	-	-	4.968	-	-	(498)	4.470	-	-	-	-	-	4.470	4.968
Benfeitorias	4	3,4	212.256	7	-	250	212.513	(53.488)	(5.508)	-	(136)	(59.132)	153.381	158.768
Guindastes portuários	10	3,2	174.308	-	(962)	82	173.428	(43.114)	(4.248)	937	-	(46.425)	127.003	131.194
Veículos	20	0,8	2.104	-	-	-	2.104	(736)	(13)	-	-	(749)	1.355	1.368
Instalações	10	12,9	1.032	538	-	218	1.788	(205)	(147)	-	136	(216)	1.572	827
Outros	-	-	4.625	453	(127)	(80)	4.871	(11)	-	-	-	(11)	4.860	4.614
			432.995	2.050	(1.178)	-	433.867	(115.895)	(12.364)	1.020	-	(127.239)	306.628	317.100

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo				Depreciação						Residual	
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
<i>Hardwares</i>	20	10,0	7.341	204	-	19	7.564	(5.593)	(743)	-	-	(6.336)	1.228	1.748
Máquinas e equipamentos	10	6,6	20.795	620	-	-	21.415	(7.394)	(1.394)	-	-	(8.788)	12.627	13.401
Móveis e utensílios	10	8,8	4.725	-	(2)	-	4.723	(2.803)	(415)	1	-	(3.217)	1.506	1.922
Obras em andamento	-	-	37.178	101	-	(32.311)	4.968	-	-	-	-	-	4.968	37.178
Benfeitorias	4	2,5	196.592	-	(105)	15.769	212.256	(48.208)	(5.312)	32	-	(53.488)	158.768	148.384
Guindastes portuários	10	2,6	201.019	20	(26.731)	-	174.308	(61.936)	(4.578)	23.400	-	(43.114)	131.194	139.083
Veículos	20	0,8	2.104	-	-	-	2.104	(719)	(17)	-	-	(736)	1.368	1.385
Instalações	10	30,8	235	797	-	-	1.032	(10)	(195)	-	-	(205)	827	225
Outros	-	-	4.838	18	(231)	-	4.625	-	(11)	-	-	(11)	4.614	4.838
			474.827	1.760	(27.069)	(16.523)	432.995	(126.663)	(12.665)	23.433	-	(115.895)	317.100	348.164

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

9. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

			Custos		Amortização			Residual		
	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Saldos em 31/12/2017	Adições (*)	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
	<i>Softwares</i>	20,0	22,7	38.760	780	39.540	(19.816)	(6.680)	(26.496)	13.044
Contrato de concessão	-	-	12.416	26.504	38.920	-	(110)	(110)	38.810	12.416
Outros	-	-	4	-	4	(3)	(1)	(4)	-	1
			<u>51.180</u>	<u>27.284</u>	<u>78.464</u>	<u>(19.819)</u>	<u>(6.791)</u>	<u>(26.610)</u>	<u>51.854</u>	<u>31.361</u>

			Custos			Amortização			Residual		
	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
	<i>Softwares</i>	20,0	18,7	21.438	799	16.523	38.760	(12.657)	(7.159)	(19.816)	18.944
Contrato de concessão	-	-	-	12.416	-	12.416	-	-	-	12.416	-
Outros	-	-	4	-	-	4	(3)	-	(3)	1	1
			<u>21.442</u>	<u>13.215</u>	<u>16.523</u>	<u>51.180</u>	<u>(12.660)</u>	<u>(7.159)</u>	<u>(19.819)</u>	<u>31.361</u>	<u>8.782</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou acordo com Ministério Público no valor total de R\$ 25.000 e R\$888 de despesas adicionais a execução das obras, cujos desembolsos financeiros serão realizados a partir de março de 2019, sem efeito caixa para o exercício atual.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	35.595	1.052	(2.113)	34.534	(1.061)
Depreciação societária	(8.228)	-	274	(7.954)	274
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa PECLD	18	91	(8)	101	83
Prejuízo fiscal	39.118	-	(1)	39.117	(1)
Outros	481	36	(485)	32	(449)
Ágio sobre incorporação	166.755	-	-	166.755	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	<u>233.739</u>	<u>1.179</u>	<u>(2.333)</u>	<u>232.585</u>	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					<u>(1.154)</u>

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Posteriores a 2023	232.585	233.739
	<u>232.585</u>	<u>233.739</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.655)	(62.376)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	11.443	21.208
Despesas indedutíveis	(64)	(29)
Amortização do ágio	35.293	40.797
Crédito tributário	(47.895)	(58.294)
Outros	69	-
Despesa do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.154)</u>	<u>3.682</u>
Crédito (despesa) do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<u>(1.154)</u>	<u>3.682</u>
	<u>(1.154)</u>	<u>3.682</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Em moeda nacional:				
Finame (a)	10/2020	6%a.a.	2.919	4.715
Em moeda estrangeira:				
Finimp (b)	01/2023	Libor 6M + 2,0%a.a.	85.173	87.646
			<u>88.092</u>	<u>92.361</u>
Circulante			21.700	18.398
Não circulante			66.392	73.963

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	-	17.271
2020	19.541	16.769
2021	18.599	15.828
2022	18.787	16.015
2023	9.465	8.080
	<u>66.392</u>	<u>73.963</u>

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	92.361	107.825
Encargos financeiros	17.948	5.349
Pagamento de principal	(20.175)	(18.909)
Pagamento de juros	(2.042)	(1.904)
Saldo no fim do exercício	<u>88.092</u>	<u>92.361</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Índices financeiros exigidos</u>	<u>Garantias</u>
(a) Itaú - Unibanco	Não exigem manutenção de índices	Sem garantia Aval
(b) Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	EcoRodovias Infraestrutura e Logística

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2018:

<u>Índices financeiros Ecoporto Santos (I)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	280.851
Patrimônio líquido/ativo	> 20%	6,4%(*)

(*) O índice está amparado por *Waiver*.

12. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão	06/2019	CDI + 1,85%a.a.	125.290	252.560
Circulante			125.290	132.722
Não circulante			-	119.838

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	252.560	389.423
Encargos financeiros	15.484	37.779
Pagamento de principal	(120.000)	(120.000)
Pagamentos de juros	(22.754)	(54.642)
Saldo no fim do exercício	125.290	252.560

As principais características das debêntures emitidas são:

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85%a.a., pagos anualmente sempre no dia 15 de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	120.000	(162)	119.838
	-	-	-	120.000	(162)	119.838

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido (*)
Série única	Dívida Líquida/EBTIDA	< 3,0x	11,66
	EBTIDA/Despesa Financeira Líquida	> 3,0x	0,58

(*) Índices amparados por fiança da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI+1,85% a.a.	12,12%a.a.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Balanco patrimonial			Demonstração do resultado		
		Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Custos/despesas	Despesas financeiras	Receitas
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (a)	Controladora	-	-	37.115	-	3.479	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1	31	-	696	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	647	98	-	476	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	8.360	-	783	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	127	-	-	1	-	-
31 de dezembro de 2018		775	129	45.475	1.173	4.262	-
31 de dezembro de 2017		709	8.035	34.158	1.619	5.239	833

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuante a controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31/12/2021.
- EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$724. O saldo em aberto de R\$31 em 31 de dezembro de 2018 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas com as partes relacionadas Termares e Ecopátio Cubatão.
- Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuaria Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31/12/2021.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica " Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$4.190 (em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.967).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2019, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.497, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	3.277	1.294
INSS	693	366
Plano de opção com base em ações	16	70
Remuneração baseada em ações	96	-
Seguro de vida	7	4
Assistência saúde	207	114
	<u>4.296</u>	<u>1.848</u>

14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxas CODESP	<u>977</u>	<u>425</u>

Referem-se aos pagamentos de taxas a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	425	891
Custo (vide Nota Explicativa nº 18)	13.958	8.900
Pagamento	<u>(13.406)</u>	<u>(9.366)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>977</u>	<u>425</u>

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. As duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos) foram encerradas e extintas. Foi homologado Termo de Acordo Judicial firmado entre Ministério Público Federal da 3ª Região, Companhia Docas do Estado de São Paulo, Ecoporto Santos S.A., Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Município de Santos - MTPAC, por meio do qual se pôs fim a discussão relativa à validade do Contrato e seus aditivos. O acordo significa a estabilização do contrato de arrendamento e a necessária manutenção dos serviços públicos portuários prestados pelo Ecoporto. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

15. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	86.667	17.382	1.554	105.603
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(955)	3.843	(1.076)	1.812
(-) Pagamentos	(190)	(8.313)	-	(8.503)
(+) Atualização monetária	1.869	1.973	(273)	3.569
Saldos em 31 de dezembro de 2018	87.391	14.885	205	102.481

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	83.522	10.465	1.557	95.544
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.124)	7.229	(1.156)	4.949
(-) Pagamentos	(4.354)	(2.700)	-	(7.054)
(+) Atualização monetária	8.623	2.388	1.153	12.164
Saldos em 31 de dezembro de 2017	86.667	17.382	1.554	105.603

(a) Processos cíveis

A Companhia promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguarda-se julgamento de embargos de declaração ao acórdão de apelação, para posterior apresentação de recursos aos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor contingenciado é de R\$ 79.553 (R\$76.719 em 31 de dezembro de 2017). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2018 R\$27.144 (R\$26.860 em 31 de dezembro de 2017), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$33.930 (R\$52.688 em 31 de dezembro de 2017), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$6.394 (R\$6.600 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$865.614 (R\$700.614 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor é representado por 1.279.834.524 ações sendo 1.263.034.524 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais (990.179.351 ações sendo 973.379.251 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017).

Em 23 de janeiro de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$7.000.000 (sete milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 12.068.966 (doze milhões, sessenta e oito mil, novecentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 27 de março de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$3.000.000 (três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 5.172.414 (cinco milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentas e quatorze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 07 de junho de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$145.000.000 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 25 de julho de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$10.000.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 17.241.379 (dezessete milhões, duzentas e quarenta e uma mil, trezentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 26 de dezembro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$6.000.000 (seis milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 10.344.828 (dez milhões, trezentas e quarenta e quatro mil, oitocentas e vinte e oito)

novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

b) Reserva de lucros - legal e estatutária

Legal: constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no porto de Santos.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas portuária bruta	215.595	132.861
Deduções da receita	<u>(131.286)</u>	<u>(75.362)</u>
Receita líquida	<u>84.309</u>	<u>57.499</u>
Deduções da receita		
Cofins	(16.251)	(10.216)
PIS	(3.528)	(2.218)
ISS	(9.973)	(3.893)
Deduções do reconhecimento da receita (*)	<u>(101.534)</u>	<u>(59.035)</u>
	<u>(131.286)</u>	<u>(75.362)</u>

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº 3).

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	26.518	30.165
Conservação e manutenção	2.748	2.534
Serviços de terceiros (*)	22.065	19.399
Seguros	857	3.450
Depreciação e amortização (vide Notas Explicativas nº 8 e nº 9)	19.155	19.824
Locação	7.811	7.354
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 14)	13.958	8.900
Outros custos e despesas operacionais	5.087	-
	<u>98.199</u>	<u>91.626</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	73.881	65.846
Despesas gerais e administrativas	<u>24.318</u>	<u>25.780</u>
	<u>98.199</u>	<u>91.626</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	523	983
Variação cambial ativa sobre empréstimos e financiamentos	15.596	10.460
Variação monetária crédito tributário	-	7.440
Atualização monetária ativa	2.706	5.137
Outras	9.860	265
	<u>28.685</u>	<u>24.285</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(14.884)	(37.139)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(600)	(640)
Variação cambial passiva sobre empréstimos e financiamentos	(28.778)	(11.309)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.766)	(4.500)
Juros sobre contrato de mútuo (vide Nota Explicativa nº 13)	(4.262)	(5.239)
Atualização obrigações fiscais	(3.569)	(12.165)
Outras	(1.975)	(460)
	<u>(58.834)</u>	<u>(71.452)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(30.149)</u>	<u>(47.167)</u>

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Dívida (i)	214.359	345.346
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(10.740)</u>	<u>(10.771)</u>
Dívida líquida	203.619	334.575
Patrimônio líquido (ii)	330.903	216.884
Índice de endividamento líquido	<u>0,62</u>	<u>1,54</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 14.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos, remunerados à taxa ponderada de 99,1% do CDI (98,9%, em 31 de dezembro de 2017) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 11 e 12.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	136	136
Clientes (i)	Custo amortizado	14.733	14.733
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Valor justo através do resultado	10.604	10.640
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	10.373	10.373
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	88.092	88.092
Debêntures (iii)	Custo amortizado	125.290	125.290
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	977	977

- Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- As debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco

que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

(i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, referente aos contratos de financiamento de equipamentos (guindastes) em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp, são conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	22.429	27.047

(ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Finame	6,00% a.a.	1.912	1.147	-	-
Finimp	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	22.916	21.999	21.055	29.827
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	129.997	-	-	-
		<u>154.825</u>	<u>23.146</u>	<u>21.055</u>	<u>29.827</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da variação cambial do dólar americano, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III 5 0%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	588	735	882
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (a)	(10.878)	(11.969)	(13.049)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(10.290)</u>	<u>(11.234)</u>	<u>(12.167)</u>

Risco de mudança nas taxas de câmbio

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e Financiamentos USD	Alta do USD (b)	(3.894)	(5.585)	(7.564)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros e volatilidade de moeda estrangeira, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
USD (b)	3,8	4,8	5,7

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

21. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Efeito não caixa

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou o acordo com Ministério Público no valor total de R\$ 25.000 e R\$888 de despesas adicionais a execução das obras.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia informou ao mercado que retomou as operações regulares de navios no cais por meio da parceria com o armador italiano Grimaldi.

O serviço, dedicado à movimentação de contêineres, cargas rolantes, veículos e Break Bulk, consolida o terminal como referência nas operações de navios multipropósito no porto santista. O terminal também é líder no mercado de armazenagem de cargas fracionadas (LCL – Less than Container Load). A previsão é que o Ecoporto atenda até seis escalas mensais de navios de exportação e importação, já no mês de fevereiro.

Essas embarcações navegam pela rota Europa/África/América do Sul e atracam em aproximadamente 15 portos pelo mundo como, por exemplo, Hamburgo, Antuérpia, Lisboa, Dakar, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires e Montevideo. O prazo do contrato é de 24 meses, com início em fevereiro de 2019 e término em janeiro de 2021.